



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Adriana Iop Bellintani

Universidade Federal de Roraima,
Departamento de Relações Internacionais,
Boa Vista - RR, Brazil
(adrianaiopb@yahoo.com.br)

 ORCID ID:
orcid.org/0000-0002-4865-536X

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Relações França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro

France – Brazil relations: legacy of the French Military Mission (1920-1940) for the Brazilian Army

<http://dx.doi.org/10.20889/M47e17005>

Meridiano 47, 17: e17005, 2016

Resumo

A Missão Militar Francesa (MMF) de instrução junto ao Exército Brasileiro fez parte do projeto de modernização da força terrestre, no âmbito cultural e de defesa. O governo brasileiro, ao constatar a precariedade militar nacional, resolveu modernizar e equipar o país por intermédio da MMF. Os oficiais franceses, a partir do acordo bilateral com o Brasil, instruíram a formação de alunos, criaram escolas e modificaram a doutrina militar brasileira.

Abstract

The French Military Mission (MMF) of instruction was part of the modernization project of the Brazilian Army, involving cultural and defense aspects. Brazilian Government, observing weakness in military forces, decided to modernize and equip the national army through the MMF. The French officers who participated in the bilateral agreement with Brazil instructed the formation of students, created schools and changed the Brazilian military doctrine.

Palavras chaves: Relações França-Brasil; Missão Militar Francesa

Keywords: France-Brazil relations; French Military Mission

Recebido: 1º de fevereiro de 2016

Aceito: 1º de março de 2016

Introdução

O presidente brasileiro Epitácio Pessoa (1865-1942) junto com seu ministro da Guerra João Pandiá Calógeras (1870-1934) analisou a situação militar do país em 1919 e constatou o estado precário da força em treinamento, armamentos, uniformes, instalações, entre outros e concluiu que a forma mais rápida e eficiente para levar a modernização ao Exército Brasileiro era através

da contratação de uma missão militar estrangeira. Os militares, oficiais e graduados, não tinham treinamento e nem conhecimentos de guerra, faltavam armas, animais, uniformes e até instalações melhores para o alojamento da tropa.

Mediante o alto grau de despreparo da força de terra, principalmente se comparada a outros países latino-americanos, como a Argentina, Calógeras colocou em práticas seu projeto de contratar uma missão estrangeira para profissionalizar o Exército. A França e a Alemanha disputavam mercados consumidores na América Latina para escoar seus estoques de material bélico. A França vivia um momento de expansão cultural e visava alastrar suas fronteiras através de sua produção intelectual, com livros, conferências, exposições entre outros. Para tal, em relação à América Latina usou como discurso a latinidade, afirmando que os povos latinos estavam intrinsecamente ligados à cultura francesa.

Assim numa comunhão de interesses Brasil e França em 1919 assinaram o primeiro tratado para vinda da missão de instrução militar, que foi sendo renovado até 1940 quando a França deixa definitivamente o Brasil devido seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial. O primeiro chefe de missão foi o general Maurice Gamelin (1872-1958) que introduziu uma série de medidas para o funcionamento das escolas militares e organização da força terrestre.

O Exército, no período, tinha seu quadro de oficiais embasado pela doutrina positivista, eram os soldados-cidadãos, que defendiam o direito de intervir na política e fazer modificações na administração nacional. As intervenções deste segmento foram sentidas nos movimentos tenentistas de 1922 e 1924, pois não se viam como militares submissos ao Estado, mas como agentes ativos no Estado.

Além do despreparo para guerra, da falta de instrução e de funcionamento das escolas militares, da escassez de material bélico, dos baixos soldos e do pouco prestígio dos oficiais e graduados na sociedade, os militares agiam como civis fardados sem uma ideologia ou orientação militar. Esse quadro foi aos poucos sendo modificado pela Missão Militar Francesa, que conseguiu instruir e reorganizar o Exército Brasileiro.

Os Legados da Missão Militar Francesa

A MMF apresenta contribuições significativas na organização das grandes unidades, na modernização do Exército e do ensino, nas novas regras de promoção, na formação profissional. Os trabalhos junto ao Estado Maior do Exército (EME) concentram-se na confecção de planos e projetos, tais como: plano de informações sobre período político, projetos de regulamentos para instruções, plano de defesa, plano de mobilização e transporte, estudo dos regulamentos, entre outros. Segundo Noel:

A missão forneceu as bases necessárias à organização do exército, a mobilização do pessoal e do material, estudos úteis sobre as ligações entre o comando e o governo, a criação de um Conselho Superior de Defesa Nacional, um Conselho Superior de Guerra, a mobilização econômica e industrial (Noel, 1935).

Quando a missão chega ao Brasil, encontra o Exército em condições deploráveis: inexistia uma ligação entre governo e Exército; as grandes unidades não estão constituídas e não possuem mobilização; as seções do EME não dialogam entre si; o efetivo é baixo e os regulamentos sem aplicação prática.

A MMF confere novo sentido ao espírito militar brasileiro, que passa a entender que o oficial tem um papel nacional e social a cumprir. Realiza concursos para admissão na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME); cria curso de preparação para o concurso de admissão; estabelece uma doutrina; realiza exercícios de terreno e em mapas; desenvolve o método cartesiano de raciocínio: missão, inimigo, terreno, meios, bem como o emprego combinado dos sistemas operacionais; organiza regulamentos; desenvolve conhecimentos de instrução estratégica e ensino prático; cria o curso de alto comando e de aperfeiçoamento em 1939.

Em relatório ao presidente da República, Getúlio Vargas, o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, afirma que a MMF muito tem contribuído para o estabelecimento de novas bases de regras para o funcionamento das escolas, a fim de elevar o nível dos estudos militares. Cita como mais relevantes as seguintes realizações: Organização e funcionamento da inspeção geral do ensino no Exército; Lei sobre instrução no Exército; Preparação dos cursos da Escola das Armas para 1938; Preparação dos Cursos da Escola Militar; Instrução sobre o estabelecimento dos quadros da situação do efetivo dos órgãos mobilizadores; Instrução sobre o funcionamento das seções mobilizadoras; Instrução sobre o papel dos corpos de tropa em matéria de mobilização; Estudos sobre a motorização e mecanização.

Ao reformular a doutrina militar brasileira, a MMF faz um reexame dos conceitos básicos adotados pelo Exército, cria novos regulamentos, organiza a instrução, os exercícios nas manobras, e as grandes e pequenas unidades. Ao se analisar a instrução, os regulamentos e os serviços realizados pela MMF, chega-se à doutrina militar legada pelos franceses.

Uma das contribuições mais relevantes da MMF para o Exército é a difusão e entendimento de que sua finalidade maior é a guerra. Os militares brasileiros passam a reconhecer que o fim dos exércitos é a guerra; portanto, em tempos de paz, devem-se adquirir conhecimentos teóricos e práticos de como enfrentar o inimigo, de como se defender e atacar, de como construir pontes ou manusear o material bélico, entre outros. Assim, o Exército passa a se preocupar com o inimigo externo, identificando-o e montando o plano de defesa nacional.

A segurança nacional dá-se pela ação de um exército forte. Na opinião de Góes Monteiro: “exército fraco é melhor que não exista” (Monteiro, S/d). O exército é a instituição que aglutina a força e defende os interesses da pátria, acima dos interesses individuais e partidários.

O Exército, ao identificar seu inimigo, seu campo de atuação, as prováveis invasões de território e os ataques e contra-ataques viáveis, monta seu plano de guerra e de defesa. Para tal, seus homens têm, primeiramente, que estar bem adestrados na execução das missões planejadas pelo alto comando. Outro legado da MMF, importante para essa finalidade, é a preparação e a disciplina dos corpos, a educação física.

A educação física impulsiona o costume de se exercitarem os alunos e membros do Exército de maneira geral; em todos os cursos, se enfatiza a importância de ter pessoal qualificado para as aulas. A educação física aumenta a resistência do corpo e o torna mais apto aos desafios do clima e

do relevo. Em 1931, é criado o departamento de educação física. De acordo com Motta: “A formação do oficial brasileiro, em seu primeiro lance na Escola militar, terá como base a educação física, como meio a cultura geral científica, e como fim a mais rigorosa preparação profissional” (Motta, 1998).

Nas escolas, a história militar ganha valor e relevância, pois a doutrina nacional emana da história do país. Assim como a doutrina de guerra é nacional e deve estar adequada à realidade do país, das condições físicas às condições morais. Portanto, é, no estudo da história militar, que se identificam os problemas internos e externos do país, as questões de segurança, o pretenso inimigo, as ameaças de expansão territorial, os feitos dos antepassados, as guerras, as lutas e os confrontos travados, entre outros. Ao se conhecerem esses fatos, identificam-se os erros e acertos anteriores, com vistas a orientar as atitudes vindouras.

A Doutrina

A valorização conferida ao poder militar faz parte do legado da doutrina militar francesa. Como ressalta De Gaulle “(...) a força é hoje mais necessária do que nunca às nações que desejam viver, mas também porque o corpo militar é a mais completa expressão do espírito de uma sociedade. (...) porque a espada é o eixo do mundo e a grandeza não se divide” (De Gaulle, 1996).

A doutrina militar do Exército Brasileiro, antes da chegada dos franceses, tem inspiração positivista. Mas há quem discorde dessa análise e acredite que o Exército não possui nenhuma doutrina antes da chegada da MMF. Independentemente dessa discussão, é fato que a doutrina militar brasileira, após 1920, é obra da MMF. Como salienta Dutra: é obra da MMF, cujos ensinamentos estão implantados em longos anos de proveitoso trabalho, nas escolas em que esta Missão tem professado, tal doutrina está solidamente assentada (1937).

Ao modificar e criar regulamentos, ao exigir cursos profissionalizantes para as promoções de patente, ao alicerçar a organização militar na instrução e nos conhecimentos militares e ao introduzir nas casernas a ideia de não intervenção armada no Estado, “la grande muette”, a Missão Militar moderniza a força de terra brasileira que evolui do soldado-cidadão ao soldado profissional, conhecedor de seus deveres e competente na sua profissão.

Os franceses ensinam nas escolas o método cartesiano, um pensar metódico e científico que passa a operar nas academias militares. O método de trabalho constitui a doutrina: “uma maneira comum de encarar e tratar os problemas de ordem militar. Somente a Doutrina permite obter o rendimento máximo, e sem ela haverá dispersão de esforços, a impossibilidade de conseguir o resultado satisfatório” (Baudouin, 1931).

O Exército precisa de um corpo de doutrina homogêneo, aceito por todos oficiais, com vistas à manter a ordem e a disciplina. Os ensinamentos franceses são contrários à intervenção militar na política, pois, defendem que, aos militares cabem os assuntos da caserna. A disciplina é inegavelmente o alicerce da doutrina militar brasileira, a qual é rigorosamente mantida no decorrer de 1937: “a lei do conformismo social e da eliminação dos não conformistas, forma a base moral da

estrutura disciplinar do exército e justifica a severa repressão dos homens dissidentes ou rebelados”. (Dutra, 1938).

A disciplina depende da boa administração das promoções, sem críticas e sem dúvidas quanto ao mérito do militar que atinge um cargo elevado; assim, a obediência é mais facilmente desempenhada, pois a promoção não é recompensa, mas uma seleção rigorosa dos mais capazes.

Um exército é instruído para a guerra e a guerra comporta dois escalões importantes e diferentes: a doutrina e os processos de combate. Para determinar os processos de combate, deve-se responder a muitas questões, entre elas: o que eu quero? Qual é a ordem? Quem é o inimigo? O que posso fazer para impedi-lo de cumprir sua missão? O que o inimigo quer? De que meios ele dispõe? Quais são suas possibilidades?

Essas respostas são sempre incompletas, mas, acopladas à doutrina, constituem a estratégia de guerra. A doutrina tem caráter estável e permanente; ela é um princípio conhecido de todos militares em tempos de paz quando ocorre a preparação para a guerra moderna. A guerra moderna, por sua vez, caracteriza-se como uma guerra total, ou seja, absoluta, envolvendo toda a nação no conflito e determinando o aniquilamento do inimigo. Segundo Martins: “a noção de guerra total significa, (...), que “todos” teriam, na guerra, uma questão pessoal a resolver” (Martins, 1994).

Guerra moderna

As dimensões institucionais da modernidade ocorrem dentro do ciclo capitalismo, industrialismo e poder militar. Com o acúmulo de capital gerado pelo capitalismo, fomenta-se o desenvolvimento de indústrias bélica e impulsiona-se o poder militar. A hegemonia do estado está atrelada ao poder econômico e militar da nação, associando assim, o político e o militar (GIDDENS, 1991).

Um estado tem que equilibrar o pensamento à ação, senão se torna frágil e suscetível. Os exércitos servem para combater, representam a ação; a política, para pensar a guerra. De acordo com Giddens, “a modernidade é constituída por e através de conhecimentos reflexivamente aplicado” (GIDDENS, 1991). O poder militar tem destaque desde sempre, no decorrer da história, embora tenha alterado seu caráter e técnicas, devido ao avanço da industrialização, ou seja, com a modernidade.

Giddens classifica as dimensões institucionais da modernidade em quatro fases: vigilância: controle da informação e supervisão social; poder militar: controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra; industrialismo: transformação da natureza e capitalismo; e acumulação do capital.

Essas quatro fases, apontadas por Giddens, como pilares da modernidade, não são percebidas por alguns sociólogos, por ele citados, tais como Max Weber e Durkheim, quando debatem e analisam à cerca da sociologia e das transformações sociais, na evolução para o moderno. O poder militar atinge importância juntamente com o poder político, pois o moderno se faz pelo uso da violência e da supremacia de um estado sobre outro.

O plano geral para a organização definitiva do Exército, impulsionado por Góes Monteiro, tem por base a guerra moderna, ou seja, nacional e total. Na guerra moderna, a moral é tida como fator preponderante, e o fator material, como decisivo. Partindo-se do pressuposto de que o povo aprende sobre a guerra a partir de conflitos anteriores, o plano de organização estabelece princípios de guerra, tal como o faz Foch. Entre eles estão: rapidez, mobilização, previsão de material, a surpresa e comando.

O plano de mobilização traz um detalhamento de todas as providências a serem tomadas em caso de guerra: onde cada cidadão e cada coisa tem seu destino traçado. No caso brasileiro, a organização militar tem amplitude maior que apenas a preparação do país para a guerra:

- Combate a influência dissolvente do imigrantismo sobre o espírito nacional;
- A guerra moderna utiliza tudo que representa força num povo;
- Ela se trava em todos os campos e emprega todos os recursos desde os morais e intelectuais até os materiais;
- Prepará-la é em última análise, desenvolver as energias nacionais até o máximo possível, sem desprezar aspecto algum;
- As indústrias de guerra nada mais são que as indústrias correntes especializadas e desenvolvidas;
- Um povo capaz de produzir para a guerra tem tudo que lhe é necessário na paz. (Plano geral de ação).

No Brasil, não há uma preocupação séria com a defesa nacional; o exército está bastante próximo de uma organização efetiva e os problemas militares são incompreendidos: “Até a MMF nosso exército era pura abstração, pois vivia sem qualquer objetividade justificável” (Plano geral de ação). A obra da MMF é levar objetividade ao seio militar; mas muitos chefes ainda se encontram alheios a essa evolução, haja vista a indisciplina que ainda vigora, a desorganização de alguns estados maiores e a ausência de método nas atividades desempenhadas.

Os problemas no Exército não são poucos e a defesa nacional não está organizada. O país não está preparado para a guerra moderna, pois não explora suas reservas minerais, não tem organização industrial, nem vias férreas. Além de todos problemas de ordem interna na força, ainda existem, à época, as pressões externas, provenientes dos civis que desconsideram os interesses nacionais.

Por outro lado, os militares usam civis para obterem promoções em sua carreira, causando um grande mal as fileiras. Que defesa nacional pode ser fundada sobre esse caos? Qual é a finalidade do Exército? Para qual guerra se preparar? Para conseguir separar o joio do trigo, o caminho adequado, segundo a cúpula militar do período, é o método cartesiano. Acreditam que o cartesianismo os livrariam das contradições e os levaria a verdade. Esse é o meio encontrado para colocar o Exército sobre uma base sólida e constituir a defesa nacional.

O fim de todo exército é a guerra; é esse o seu destino e, para cumprir sua missão, tem que ter homens adestrados e material moderno. A guerra moderna para a qual o Brasil se prepara é inevitavelmente continental, contra Argentina, Paraguai ou Uruguai. Essa guerra é total, envolve

todos os setores da sociedade. O Exército ativo representa a força para os campos de batalha; e a mobilização da sociedade representa a força de manutenção dos meios de sustento da batalha, ou seja, os serviços públicos, diplomáticos, agrícolas, financeiros, industriais, entre outros.

Quanto mais alto o grau hierárquico do militar, maior sua responsabilidade de ação, de delegação de tarefas e de escolha da opção mais conveniente, de acordo com o progresso da guerra; mas essa responsabilidade tem que ser sentida em todos escalões. Da obediência e da disciplina entre todos os postos, do general ao soldado, depende a organização da força, cada um desempenhando com afinco suas tarefas. Por isso, o preparo do militar é fundamental para a soberania do Exército. Para a reconstrução do sistema, é preciso hierarquizar os quadros de oficiais, fazendo ascender os mais capazes, sem considerações de ordem política, sem sentimentalismo, levando apenas em conta o valor militar de cada um e, ao mesmo tempo, eliminando os incapazes.

Daí a grande importância das escolas; por isso, os franceses ficam uma década sendo aproveitados como instrutores e conferencistas nas escolas militares, fundando novas escolas e novos cursos. O Exército precisa de educação ativa e prática continuada, que possam formar solidamente as bases de seus integrantes, através do ensino militar, de línguas e de cultura geral.

Os oficiais que obtêm bons rendimentos nas escolas são destinados aos estados maiores e lá praticam e ensinam tudo o que aprendem. É um modo de disseminar os ensinamentos franceses, principalmente quanto à disciplina e à subordinação. As matrículas nas escolas são feitas por meio de concurso, selecionando a entrada dos melhores; portanto, ninguém por mais antigo que seja, tem direito adquirido. É assim que se forma a mentalidade profissional.

É no Estado Maior do Exército (EME) que se definem o plano de guerra, o plano de operações, a ordem de batalha, e, enfim, tem-se um comando de guerra. Com quadros instruídos, educados e hierarquizados fica fácil montar essa estrutura para a guerra; portanto, o mais importante é organizar, primeiramente, o alto comando, a alta administração e os estados maiores.

A década de 30, inicia, durante o governo provisório, com a decisão dos militares da alta cúpula de fazerem uma séria reorganização no meio militar. A guerra moderna modifica o equilíbrio econômico do país, enfraquece a produção, paralisa as negociações exteriores, tanto pelas hostilidades, quanto pela falta de crédito nacional. Parte-se do princípio de que essa guerra é longa e se estenderá por todo domínio nacional. Assim, para evitar o perigo de improvisação, urge uma organização rápida, com o levantamento de todos recursos da nação.

O poder executivo deve preocupar-se com as necessidades oriundas da guerra, pois essa, assim como coloca novas prioridades, relega outras a um segundo plano. Dessa forma, por vezes, é preciso criar departamentos ministeriais novos e suprimir secretarias de estado ou outras sessões governamentais. O poder legislativo deve estar atento à conservação ou não de assembleias como organismos representativos da nação. Caso essas assembleias permaneçam, como submeter os parlamentares às obrigações militares.

A centralização, em caso de guerra, deve ser imposta ao extremo; portanto, os franceses sugerem que sejam montadas organizações regionais, com ligações estreitas com o poder central e com a ordem militar. A ação militar implica determinar os objetivos das forças armadas, preparar os meios

necessários para o desenvolvimento das operações e executá-las. O objetivo das forças armadas é traçado pelo governo, e a preparação dos meios é confiada a departamentos ministeriais. A direção das operações é assegurada pelo comandante das forças armadas.

Na organização econômica, dois setores entram em destaque: a agricultura e a indústria. Assim, as questões que merecem estudo são a disposição de mão de obra suficiente; de matérias primas indispensáveis ao funcionamento industrial; de recursos financeiros e dos meios de comunicação.

Em caso de guerra, o governo conta principalmente com o Conselho Superior da Defesa Nacional, criado pela constituição de 1934. Também são de extrema importância as seguintes leis: lei de Serviço Militar, regulamento do EME, lei de Organização do Ministério da Guerra, lei de Organização Geral do Exército, lei de Movimento de Quadros, decreto de Organização do Conselho Superior da defesa Nacional e a lei de Estado de Sítio, em caso de agressão externa.

Escolas militares

A influência cultural francesa é sentida intensamente nas aulas e nas palestras das escolas militares; a Revista **A Defesa Nacional**, fundada pelos jovens turcos, oferece, em seus exemplares, a venda de alguns títulos franceses, entre eles: *Essai sur la psychologie de l'infanterie*, *Problèmes d'artillerie*, *Deux manoeuvres*, *Quand et comment Napoleon*, *Le combat des petits unités*, *Principes de la guerre*, *Conduite de la guerre*, *Le role social de l'officier*, *La recherche de reenseignements*.

Após todas as dificuldades decorrentes da revolução de 1930, em 15 de abril de 1931, todas as escolas voltam a funcionar. Mas, devido à necessidade de enquadramento de militares no corpo de tropa, o ministro da Guerra decide reduzir, de 20% a 40%, o número total de oficiais das armas combatentes a serem enviados para as escolas nesse ano. O Exército precisa reorganizar-se após a baixa de efetivos causada pela Revolução de 30, por morte ou desligamento.

A instrução, de maneira geral, também deveria passar por uma reorganização, contando com mais exercícios práticos e análises mais apuradas das reais condições do Exército. A situação, após a revolução de 30, é paradoxal: “instrução e regulamentos práticos nas escolas correspondem a uma organização nova, adotada em princípio, mas que não existe e é totalmente diferente da instrução e dos regulamentos antigos” (Huntziger, 1931).

A resolução dessa questão é imperativa. A educação prática nas escolas é o objetivo permanente dos franceses, sendo o elemento diferencial em relação a tudo o que antes vigora em matéria de instrução e ensino. Mas, se os regulamentos não condizem com as reais condições do país, como então exercer uma instrução prática? Como a instituição pode obter unidade, se as escolas, que representam uma vanguarda em termos de regulamentos e informações atualizadas, conforme Huntziger, só existem em princípio? Como funcionam o resto das unidades que ainda estão arraigadas às legislações fora de uso?

O problema da instrução está diretamente relacionado à organização do Exército como um todo, não podendo ser desvinculado de regulamentos, efetivo, mobilização, transporte, enfim, de

todos os assuntos pertinentes à organização militar. Huntziger trabalha pela colaboração das escolas entre si, tanto na realização em conjunto de exercícios, quanto na assistência do trabalho executado por outros cursos.

Em março de 1931, é criada a Diretoria Geral de Ensino, órgão administrativo responsável pelas decisões sobre as escolas e também pela promoção desse intercâmbio sugerido por Huntziger. O contrato da MMF é renovado em 1931, entrando em vigor a partir de janeiro de 1932, com uma grande redução em seu efetivo. Assim, as aulas e conferências, em todas as escolas, passam a ser ministradas pelos oficiais brasileiros, preparados pelos membros da MMF, que passam a ocupar a função de professores adjuntos aos mestres franceses.

Como os franceses começam a ser aproveitados na organização do Exército, fica apenas um oficial com atividades ligadas à instrução, que passa então a ocupar o cargo de Diretor da Escola de Estado Maior do Exército (EEM). No início de 1932, alguns regulamentos necessitam ser refeitos, como os de serviço de campanha e de emprego das armas, todos fundamentais para o desenvolvimento prático das aulas e para a doutrina.

No Brasil, desde 1929, existe a escola destinada à formação de engenheiros técnicos, que passa a funcionar somente a partir de 1931. Ela é encarregada, em particular, do serviço de artilharia e de engenharia. Em 1933, o orçamento permite a contratação de três professores franceses para ministrar aulas nas cadeiras de balística, pólvoras e explosivos, no curso de organização e de construção de diferentes materiais de guerra, projetos de armas e munições; e no curso de estudos completos sobre a fabricação de munição e de armamento.

Em 1934, o ensino nas escolas encontra-se a cargo dos brasileiros; os franceses, em número reduzido, devido à diminuição de membros na MMF, ficam encarregados de supervisionar os trabalhos. O cel. Corbé é o diretor de estudos da EEM e o maj. Colin está na Escola das Armas, responsável pelas questões referentes à tática geral e à cavalaria.

Em 23 de fevereiro de 1934, ficam estabelecidas as funções da Diretoria Geral do Ensino das Escolas das Armas: orientar e fiscalizar o ensino em geral, ministrar parte do ensino, preparar e dirigir exercícios, coordenar os horários das escolas, entre outros.

A MMF, mesmo com um número de oficiais franceses extremamente reduzido, não deixa de atuar: seus membros, ligados à organização do Exército, além de trabalharem junto ao EME, continuam o treinamento dos alunos das escolas, com exercícios sobre mapas, hipóteses de guerra, e também com exercícios sobre terreno, no Rio Grande do Sul, com vistas à cobertura e mobilização. Assim, os alunos são treinados para o reconhecimento do terreno, fazem práticas de embarque e de transporte por via férrea e por automóveis, e treinam tiros reais.

No ano de 1935, a Escola Militar do Realengo constitui-se em uma verdadeira academia militar, com ensino de dois anos de duração. Os cursos na Vila Militar, na Escola de Aperfeiçoamento, são ministrados, de acordo com cada arma, para suboficiais e oficiais subalternos; de tempos em tempos, é promovido um curso de informação para futuros chefes de corpos. Na EEM, já fora introduzido o estudo geral do Exército. No EME, é elaborado um sumário de questões concernentes ao plano de defesa nacional e ao funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Em relatório ao presidente da República, Getúlio Vargas, o ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra afirma que a MMF tem contribuído muito para o estabelecimento das novas bases de regras de funcionamento das escolas, com vistas a elevar o nível dos estudos militares. Cita como principais medidas executadas: a organização e funcionamento da inspeção geral do ensino no Exército; a lei sobre instrução no Exército; a preparação dos cursos da Escola das Armas para 1938; a preparação dos cursos da Escola Militar; a instrução sobre o estabelecimento dos quadros da situação do efetivo dos órgãos mobilizadores; a instrução sobre o funcionamento das seções mobilizadoras; a instrução sobre o papel dos corpos de tropa em matéria de mobilização; os estudos sobre a motorização e mecanização.

Em 24 de julho de 1937, é criada a Inspeção Geral do Ensino do Exército, destinada à coordenação e orientação dos estabelecimentos escolares. As escolas passam a ser fortemente supervisionadas, pois, de suas cadeiras, emergem os novos chefes militares.

Pelo decreto n. 1.976, 23.09.1937, fica aprovado o regulamento para Inspeção Geral do Ensino do Exército. O art. 1 define as funções do inspetor, cuja função é centralizar, orientar, regular, coordenar e superintender todos os assuntos relativos ao ensino nos colégios, institutos, centros, escolas e demais estabelecimentos de ensino do exército.

O inspetor geral do ensino deve zelar pelo desenvolvimento da técnica e dos métodos de aperfeiçoamento, pelo método de raciocínio no quadro da doutrina de guerra, pela orientação segura ao ensino, verificando se a lei de ensino está sendo cumprida, aprovando os programas dos estabelecimentos, entre outras atribuições.

O art. 13 estabelece que as inspeções têm em vista verificar, especialmente: a aplicação da lei do ensino e das prescrições regulamentares; o funcionamento dos corpos e da administração; a situação moral e disciplinar do pessoal; as instalações e os recursos materiais dos estabelecimentos, unidades e contingentes subordinados.

Escola de Estado Maior

No final de 1929, o chefe do EME encaminha um projeto ao ministro da Guerra com vistas à supressão da nota de aptidão, então ao encargo do oficial francês, diretor de estudos, que tem por atribuição julgar o caráter do oficial brasileiro e sua aptidão para as funções de oficial do EME. O EME não admite que a carreira dos oficiais brasileiros fique sujeita ao julgamento de um oficial estrangeiro. Mas os franceses se defendem alegando imparcialidade no julgamento dos oficiais e descarta toda influência política e favoritismo. Então, pelo decreto n. 19.022, 5.12.1929, o ministro da Guerra, em conformidade com o presidente da República, mantém a *nota por aptidão*, o que agrada aos franceses, pois eles entendem que a supressão dessa avaliação diminuiria o prestígio da MMF e, conseqüentemente, a influência exercida nas escolas militares, em especial na EEM. Esse decreto também sanciona a orientação intelectual que deveria ser seguida na EEM, estabelecendo que ela funcionaria como uma escola superior, em que se desenvolvem casos concretos, utilizados na

Escola de Guerra Francesa: “o decreto rejeitou a concepção que o EM brasileiro baseada no esquema de compilação livresca, repousando sobre uma chamada constante da memória, em detrimento da razão e do método” (Spire, 1930).

Os franceses valorizam sobremaneira o método e um dos seus legados é a introdução do método cartesiano nas escolas; por isso, condenam o modo brasileiro de basear seu ensino em esquemas, em polígrafos-síntese e em material para memorização, pois acreditam que, sem praticar o método, não se obtêm conclusões e não se podem comprovar os resultados.

Os franceses também consideram desapropriado o patriotismo dos brasileiros que desejam ver os franceses excluídos das questões decisórias: eles se intitulam membros neutros, acima de qualquer disputa política ou outro tipo de favoritismo, afirmando que apenas pugnam pela escolha de indivíduos aptos, competentes, especializados e preparados para as responsabilidades referentes a cargos e funções vindouras.

Em 1930, a EEM ministra um curso de Estado Maior especial para esse ano, destinado aos coronéis que desejem atingir a patente de general, conforme determina a lei de promoções do Exército. A admissão nesse curso se dá via concurso; dos sete coronéis inscritos, apenas dois são aprovados. O curso para oficiais subalternos tem, no primeiro ano, 9 alunos; no segundo, 38 alunos; e, no último, 12 alunos, somando 59 oficiais subalternos. O curso de Revisão conta com 12 alunos e o curso para oficiais superiores tem 8 alunos no primeiro ano e 6, no segundo.

De 16 a 26 de setembro de 1935, essa escola faz uma viagem a Taubaté, usando tática de cavalaria, infantaria e de artilharia. O deslocamento tem por finalidade o estudo de manobras de retirada e manobras ofensivas, e também a exploração da região, pois o objetivo dos instrutores de ensino é a execução prática do aprendizado na Escola.

Em 1920, o primeiro diretor de estudos desta escola é o cel. Derougemont, que introduz o curso de tática, de história militar e estratégia, e se detém no estudo da ação e das operações de guerra. É um período de luta intensa contra a velha mentalidade dos chefes e assessores diretos do comando.

Após sete anos da direção do cel. Derougemont, o cel. Baudouin assume as funções de diretor e prossegue sua obra. Baudouin preocupa-se em ensinar um método de trabalho e concentra-se no aspecto doutrinário da instituição. Baudouin acredita que a difusão da doutrina é o papel primordial da EEM, tanto na preparação para a guerra, quanto na evolução das operações. O curso de tática estuda a aplicação dos princípios de guerra, segundo as particularidades do Brasil, desde a concentração de forças, até à batalha decisiva. Baudouin esforça-se para formar professores brasileiros, que, posteriormente, possam substituir os professores franceses nas diferentes escolas.

Em 1934, o terceiro diretor de estudos foi o cel. Corbé. Não há então mais professores, nem diretores de estudos franceses nas escolas, e ele passa a ocupar o cargo de diretor de ensino dos diferentes cursos. Corbé concentra-se no ensino da tática brasileira de combates, prevendo muitas possibilidades de manobras, e orienta viagens a Rezende, no Rio de Janeiro, e a Santiago do Boqueirão, no Rio Grande do Sul.

No ano de 1935, esta escola possui 27 alunos no primeiro ano; 36, no segundo; e 42, no terceiro. No primeiro ano, os alunos ficam de três a quatro meses na escola e, depois, fazem estágio na sua

arma. No segundo, é feito o estudo de tática, e, no terceiro, são aplicados os conhecimentos de tática. A EEM deveria constituir-se em um laboratório de estudos sobre tudo o que seja concernente ao Exército.

O decreto n. 432, 19.05.1938, estabelece que o curso para EME deve contar com disciplinas de cultura geral, tática e estratégia e, para os oficiais de estado maior, é ministrada instrução de formação, com técnicas de estado maior; de aplicação, com estágios no EME; de aperfeiçoamento, com exercício e manobras; e de especialização.

O Curso de Alto Comando tem por finalidade o estudo da conduta das grandes unidades e das questões de ordem técnica. É frequentado por oficiais generais, coronéis e tenentes coronéis.

O título V desse decreto – Atribuições do Comando –, em seu art. 41, estabelece que todo chefe, em qualquer escalão de comando ou direção, é responsável, perante seu superior imediato pela instrução de seus subordinados. O art. 46 determina que ao chefe do EME, por delegação do ministro da Guerra, cabe manter a unidade de doutrina, regulando tudo o quanto diz respeito à instrução – pela atuação direta e pessoal que exerce sobre a orientação dos cursos de EM e do Alto Comando.

A matrícula no curso de EM realiza-se por concurso e, no curso de Alto Comando, por proposta do chefe do EM. O concurso deve ser feito por provas escritas de topografia, tática, história militar, cultura geral, geografia, história da civilização, línguas estrangeiras e conhecimentos científicos. As provas orais são de tática das armas e línguas estrangeiras. A prova prática compreende equitação, educação física, emprego técnico de armas e topografia.

Cursar a EEM é requisito para o oficial servir no EME. A MMF, embora não conte, à época, com mais nenhum professor francês nessa escola, procura manter um contato estreito com os professores brasileiros, pois, consideram necessário encorajar os alunos e exigir deles ainda mais e aumentar o ensino sobre terreno. As atividades da MMF, na década de 20, concentram-se na organização geral do ensino e no aperfeiçoamento e preparo dos professores brasileiros. Na década de 30, a MMF fica encarregada da reorganização do Exército, diminuindo sua atuação nas escolas. Em matéria de ensino, a MMF conta com os seguintes membros, para ministrar palestras esporádicas: cel. Nalot, em tática geral; ten. cel. Schwartz, na cavalaria e artilharia; ten. cel. Gaubsot, na infantaria; maj. Demiau, na motorização; e maj. Bouvard, na aviação.

Graças à MMF, o ensino torna-se mais técnico; sua maior contribuição dá-se na EEM, com a reorganização dos princípios de defesa nacional. O legado da MMF à EEM é grande: realização de concurso para admissão na escola, curso preparatório para o concurso de admissão, exercícios de terreno, processo cartesiano de raciocínio, emprego combinado dos sistemas operacionais, regulamentos, instrução estratégica, ensino prático e criação do Curso de Alto Comando e Aperfeiçoamento em 1939.

Em julho de 1935, inicia o Curso de Informação para oficiais superiores, preparado inteiramente pelos membros da MMF, sendo que apenas duas ou três conferências são ministradas por brasileiros. As conferências versam sobre tática, operações de guerra, funcionamento do exército, mobilização, gás de combate, motorização, cavalaria de guerra sul-americana, a guerra do Chaco, estratégia naval,

e manobras que podem ser realizadas no Brasil. Os trabalhos práticos compreendem exercícios com mapas, com a tropa e exercícios de ação sobre o mapa do Rio Grande do Sul.

Esse curso renova os métodos de instrução e cria uma corrente favorável aos altos estudos militares. No plano moral, o curso de informação reforça a coesão do meio dirigente militar. O aprendizado obtido no curso de tática é aplicado em viagem ao Rio Grande do Sul, considerado teatro principal das operações de guerra brasileira.

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EAO)

A EAO tem como objetivo o desenvolvimento de um conhecimento mais aprofundado dos oficiais sobre suas armas, com vistas a torná-los instrutores capacitados ao ensino de seus subordinados. Esta escola e a EEM constituem-se em marcos, no que se refere ao aprimoramento profissional da instituição. Em 1930, o presidente Washington Luís coloca oficiais de confiança em diversos regimentos pelo interior do país. Essa medida retarda o comparecimento dos alunos aos cursos da EAO, pois, no entendimento do presidente, é melhor investir alguns meses na instrução dos oficiais de elite nos corpos de tropa, pois, com isso, eles asseguram a fidelidade ao governo.

Em 1930, a EAO conta com 93 oficiais subalternos matriculados, dentre os quais, 51 são da infantaria, 32, da artilharia, 10, da engenharia, e 22, oficiais superiores – 9 da infantaria, 6 da artilharia e 7 da engenharia.

Em abril de 1933, a EAO dá lugar à criação de três escolas distintas das armas: infantaria, artilharia e cavalaria. Elas fazem a instrução de oficiais superiores e subalternos, fornecem cursos aos aspirantes e formam os suboficiais de carreira. Essas escolas das armas são organizadas pelo *plano geral de ensino* de 12 de janeiro de 1933. Cada uma delas oferece os seguintes cursos: um curso de formação para sargentos, um curso de aplicação para os aspirantes saídos da Escola Militar, um curso de aperfeiçoamento dos oficiais, um curso de especialização em equitação. No Centro de Transmissões, há o curso de especialistas oficiais e o curso de suboficiais.

No início de 1934, os professores franceses desaparecem dessa escola, com exceção do cap. Colin, mantido na escola de cavalaria. Apenas um oficial francês fica responsável pelas escolas, no cargo de coordenador de Instrução das Escolas das Armas. De acordo com Noel, esse cargo tem as seguintes atribuições: assegurar a unidade de doutrina nas diferentes escolas, receber comunicação em tempo dos programas de instrução, emitir sua opinião, propor modificações e assistir às instruções.

O número de alunos, em 1935, é muito elevado, devido à lei de ensino, que obriga todo oficial a passar pela Escola das Armas para ser promovido. Com esse aumento de alunos, as condições da instrução ficam um pouco prejudicadas, com déficit de material, efetivo de cavalos insuficiente, falta de créditos para o almoço dos alunos e instalações precárias. O ano de 1935 é dedicado a experiências nessa escola, pois ela está subdividida em diversas outras escolas, ou seja, uma escola para cada arma.

No período de 21 a 24 de outubro de 1935, é executada uma manobra na região de Rezende, próxima ao Rio de Janeiro, cuja característica principal é a tentativa de uma maior aproximação com a realidade, com exercícios executados à noite.

Escola de Aviação

Desde que essa escola volta à ativa, no início do governo de Washington Luís, passa a apresentar um desenvolvimento surpreendente em todas suas atividades e setores. O cel. Jauneaud, comandante da Escola de Aviação, reorganiza a escola, elabora programas e normas e ocupa-se da instrução dos alunos. Mas, apesar de todos seus feitos, torna-se *persona no grata* entre muitos brasileiros, que expressam sua opinião, via publicação de artigos odiosos contra os franceses.

A década de 30 começa com ataques cada vez mais violentos contra a MMF, em especial, na aviação. Na instrução da Escola de Aviação, perpetua-se a indisciplina e passam a ocorrer inúmeros acidentes. A Escola de Aviação está sob a direção técnica da MMF e, de acordo com as cláusulas do contrato, só poderia usar material de origem francesa. Os pilotos passam a combater essa exigência: “esta exclusividade, segundo a opinião dos pilotos brasileiros, era prejudicial (...) porque os aviões que vem da França, novos, não são sempre os últimos modelos de avião, mas do tipo mais velho” (Relatório, 1931).

Essa escola é, à época, considerada por alguns membros do governo, um “viveiro de perigosos revolucionários” (Morais, 2006). Após o final da Revolução de 30 é exigida a demissão do gen. Álvaro Mariante da direção da aviação, pois, com o governo Vargas, os tenentes ganham espaço no cenário militar, conseguindo derrubar o general legalista.

Em 1932, a Escola de Aviação, liberta-se de toda influência francesa, devido à não renovação do contrato de aviação, passando sua instrução e direção à orientação dos brasileiros, o que na perspectiva dos franceses é um desastre. Após a saída dos instrutores franceses da Escola de Aviação, os membros da MMF passam a considerar a aviação brasileira em crise moral e de disciplina, o que, em suas opiniões, pode ser medido pela frequência de acidentes. A causa dos acidentes, segundo opinião francesa, deve-se à falta de disciplina em voo e à falta de experiência profissional.

Após a fusão da MMF de Aviação com a MMF, ao final de 1931, ela é completamente extinta: os pilotos, instrutores e diretores franceses deixam definitivamente a Escola de Aviação. Os franceses atribuem as causas dos acidentes registrados acima à indisciplina e a erros profissionais.

Em 1933, o diretor da Aviação, gen. Dutra, reage fortemente contra o espírito de indisciplina que ainda reina na escola, pois os acidentes ocorridos no decorrer desse ano, demonstram a necessidade de que se cumpram à risca todos os regulamentos da aviação, principalmente quanto à disciplina de voo. A violação das normas leva a escola a muitas perdas humanas e também de aviões.

A Escola Técnica para Engenheiros começa a operar em 1931, com objetivo de formar oficiais técnicos engenheiros. Seus professores são todos brasileiros, provenientes da Escola Politécnica do Rio

de Janeiro. Na Escola, são ministrados cursos de pólvora, explosivo e balística; fabricação de munição e de armamentos, bem como organização do material de guerra e projetos de armas e munições.

Centro de Instrução de Educação Física

Criado em 1931, esse centro possui um curso para oficiais e outro para suboficiais. Seu objetivo maior é ensinar a prática de educação física. Essa escola é considerada pelos franceses como um centro de difusão de suas ideias, auxiliando-os no combate à concorrência internacional.

A valorização da educação física é um dos legados franceses: a disciplina e a preparação dos corpos parecia-lhes imprescindível para o bom desempenho das funções militares. Com a instrução francesa, as escolas ganham maior importância na vida militar, sendo sua frequência e bom desempenho acadêmico pré-requisitos para as promoções de postos.

A partir de 1929, as escolas do Exército contam com um curso de Aperfeiçoamento para os oficiais mais antigos, devido à lei de ensino de 31.12.1928, que, em seu art. 6 estipula: “Para ser promovido por escolha em todas as armas e serviços, é indispensável de ter feito com sucesso o curso de aperfeiçoamento”.

Em 1933, é criado o cargo de subdiretor das escolas, para que, posteriormente, com a retirada da MME, haja pessoal treinado para assumir a direção da escola. Os franceses também propõem a consagração dos oficiais, após o término do curso na escola, com o avanço de seu posto hierárquico: “o avanço seria automático e permitiria, sem nenhuma seleção, de passar de posto desde o subtenente até o general” (Baudouin, 1933).

Esse oficial francês que, após 1933, fica encarregado da direção das escolas, além de supervisionar os instrutores, dedica-se a preparar substitutos brasileiros para as instruções nas escolas militares: “O superintendente do ensino limitava-se a auxiliar os professores brasileiros na elaboração dos trabalhos” (Monteiro, 1935).

Em 1937, Góes Monteiro sugere a criação do curso de Estado Maior da Aeronáutica, com objetivo de discutir os problemas e orientar a organização da quinta arma do Exército. O curso deveria funcionar junto à EEM e ministraria aulas de tática geral e estudo das armas.

O gen. Noel pretende trabalhar com a instrução da forma mais realista possível, unificando o ensino em torno dos problemas e características brasileiras. A instrução militar tem por meta disciplinar a massa de homens, com conhecimentos técnicos relativos às armas, conhecimentos táticos e a formação moral e cívica do soldado.

Conclusão

Na década de 30, o profissionalismo militar é cada vez mais valorizado; as escolas passam a ser vistas como os verdadeiros centros de formação profissional, especializando oficiais e graduados na técnica do combate e do emprego das armas.

As únicas escolas que não sofrem a influência direta da MMF são: a Escola de Engenharia Militar, a Escola de Instrução de Artilharia de Costa e o Instituto Geográfico Militar. A Escola de Engenharia conta com professores brasileiros; a de Artilharia de Costa é organizada pela Missão Militar Americana de Costa e o Instituto Geográfico Militar é coordenado pela missão austríaca, na confecção de mapas das regiões brasileiras: “A presença da missão militar francesa provavelmente salvou o sistema de ensino do exército da total desmoralização” (Mc Cann, 2007).

O trabalho da MMF contribui para a profissionalização e organização do Exército Brasileiro, na formação do novo corpo de oficiais e dos reservistas, no reequipamento dos destacamentos, na preparação para a guerra moderna e na solidificação de uma doutrina militar.

Bibliografia

- BAUDOUIN. “A Doutrina”. Rio de Janeiro: EME, 1931. p. 23.
- DE GAULLE, Charles. “Por um exército profissional”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996. p. 140-141.
- GIDDENS, Anthony. “As consequências da modernidade”. São Paulo: UNESP, 1991.
- MARTINS, Estevão Chaves de Resende. Guerra é guerra. “Humanidades”, Brasília, UNB, n. 3, v. 10, p. 231, 1994.
- MC CANN, Frank. “Soldados da pátria”: história do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 270.
- MONTEIRO, Góes. “A revolução de 1930 e a finalidade política do Exército” (s.l., s.d. s.ed.) p. 219. Brasília: Arquivo Superior Tribunal Militar.
- MOTTA, Jehovah. “Formação do oficial do Exército Brasileiro”. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. p. 283.

Correspondências e Relatórios

- Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 6.02.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3392.
- Correspondência do cel. Baudouin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro: 2.02.1933. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para Tasso Fragoso, chefe do EME, Rio de Janeiro, 13.01.1931. Paris: Arquivo SHAT, 3393.
- Correspondência do gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 20.07.1935. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

Correspondência do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 3.01.1930. Paris: Arquivo MRE, dossiê 127, 174-3.

Plano geral de ação para organização do Exército. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Fundo Góes Monteiro, microfilme 051-97.

Relatório do gen. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1937, p. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

Relatório do gen. Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do Brasil, para o presidente da República, Rio de Janeiro, maio 1938, p. 10. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1939.

Relatório do gen. Góes Monteiro, ministro da Guerra do Brasil, Rio de Janeiro, 1935, p. 70-71. Rio de Janeiro: Imprensa Militar.

Relatório do gen. Spire, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 8.09.1930. Paris: Arquivo SHAT, 3392.

Relatório semestral elaborado pelo gen. Noel, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, sobre o segundo semestre de 1935, Rio de Janeiro, jan. 1936. Paris: Arquivo SHAT, 3393.

